PROGRAMA DE PESQUISAS 1979

IPEA

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

INSTITUTO DE PESQUISAS - INPES

IPEA – Instituto de Pesquisas (INPES)

PROGRAMA DE PESQUISAS DO INPES

1979

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 1

PROGRAMA DE PESQUISAS 3

A - ÁREA MACROECONÔMICA 3
1 - Política de Estabilização 3
1.1 - Análise Empírica da Relação entre Inflação e Crescimento Econômico 3
1.2 - Políticas de Estabilização numa Economia com Preços Administrados 4
2 - Orçamento do Setor Público 4
2.1 - Orçamento de Pleno Emprego e Política Fiscal 4
2.2 - O Orçamento Monetário e a Política Econômica no Pós-Guerra 5
3 - Setor Externo 6
3.1 - Os Limites do Endividamento Externo e a Estratégia Brasileira de Desenvolvimento Econômico 6
3.2 - Balanço de Pagamentos, Crescimento Econômico e Substituição de Importações 7
3.3 - A Política de Promoção de Exportações 8
4 - Política Econômica e Desenvolvimento Financeiro 9
4.1 - Desenvolvimento Financeiro e os Instrumentos de Política Monetária 9
4.2 - Custo Efetivo da Intermediação Financeira 10

B - ÁREA SETORIAL 11
1 - Formação e Controle de Preços na Indústria 11
1.1 - Estrutura de Mercado, Formação de Preços e Desempenho Industrial 11
1.2 - O Controle de Preços no Brasil 12
2 - Abastecimento e Crédito na Agricultura 14
2.1 - Políticas de Abastecimento do Mercado Interno 14
2.2 - Sistema de Crédito Rural e Produção Agrícola 15
2.3 - Recursos para a Agricultura: Subsídios Governamentais e o Crédito Agrícola 16

3 - Grande Empresa Industrial e Desenvolvimento Econômico .. 17
3.1 - Padrões de Crescimento de Grandes Empresas do Setor Industrial Brasileiro no período 1970-1976 17

C - ÁREA SOCIAL 18
1 - Desconcentração Industrial 18
1.1 - Aspectos Locacionais da Política Industrial 18
1.2 - Evolução da Oferta Industrial em Minas Gerais e o Papel do INDI 19
2 - Mercado de Trabalho e Salários 20
2.1 - Absorção de Mão-de-Obra: Subcontratação Industrial 20
2.2 - Mobilidade Ocupacional e Segmentação do Mercado de Trabalho 20
2.3 - Programas PIS/PASEP: Origens, Funções e Principais Questões 21
3 - Educação 22
3.1 - Crédito Educativo 22
3.2 - Resenha da Literatura Brasileira sobre Ensino Superior 22
4 - Mercado Imobiliário Urbano no Brasil 23

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisas (INPES) do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) tem como finalidade principal a realização de estudos básicos que auxiliem a Secretaria de Planejamento da Presidência da República na elaboração dos programas globais de Governo e na coordenação do sistema nacional de planejamento. Adicionalmente, o INPES atua no sentido de promover a pesquisa econômica junto à comunidade científica brasileira através: a) de um programa editorial que compreende a publicação de relatórios ocasionais de pesquisa, da revista quadrimestral Pesquisa e Planejamento Econômico e de Literatura Econômica, um boletim informativo sobre a literatura econômica corrente; e b) da gestão do Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE) que financia pesquisas em universidades e centros de pesquisa.

Tendo em vista aprimorar o desempenho do INPES na consecução destes objetivos, pretende-se: a) tornar mais efetiva sua articulação externa no âmbito do IPEA e da SEPLAN, permitindo com isso que suas atividades de pesquisa enquadrem-se mais eficientemente na tarefa governamental de planejamento e coordenação econômica; e b) balizar a atividade do Instituto segundo uma orientação global, que inclua a definição precisa de linhas prioritárias de pesquisa, dando consistência ao conjunto.

Com o mesmo propósito, foi implementada uma reestruturação interna do INPES, na qual o aspecto mais importante foi a distribuição do seu corpo técnico em três áreas de especialização:

a) Área Macroeconômica, que se concentrará na pesquisa de alternativas de política monetária e fiscal para o combate à inflação e de soluções para o problema de ajustamento do balanço de pagamentos e endividamento externo;

b) Área Setorial, dedicada a pesquisas sobre indústria, agricultura e setor terciário, que, de início, dará ênfase a temas de controle de preços industriais e crédito agrícola;

c) Área Social, abrangendo inicialmente estudos sobre problemas regionais e urbanos, mercado de trabalho, educação e distribuição de renda.

Apresenta-se a seguir o programa de pesquisas do INPES, indicando, para cada um dos projetos das três áreas, o seu objetivo específico, o prazo estimado de conclusão e os técnicos responsáveis.

Francisco Lafaiete de Pádua Lopes
SUPERINTENDENTE

Wilson Suzigan
SUPERINTENDENTE-ADJUNTO

PROGRAMA DE PESQUISAS

A - ÁREA MACROECONÔMICA

1 - Política de Estabilização

1.1 - Análise Empírica da Relação entre Inflação e Crescimento Econômico

O recrudescimento do processo inflacionário, a partir de 1974, e em particular os níveis alcançados pelas taxas anuais nos primeiros meses de 1979, tornaram-se a preocupação máxima do governo.

O combate à inflação não está, infelizmente, isento de custos. A política de estabilização terá certamente efeitos no crescimento econômico, e estes serão tanto mais intensos quanto mais drástico o tratamento. A vasta literatura, já acumulada para outros países, e crescente no Brasil, indica que efetivamente existe um "trade-off" entre crescimento econômico e inflação. O objetivo principal da pesquisa é examinar em profundidade esta questão.

Inicialmente, será feita uma revisão crítica dos trabalhos empíricos realizados no Brasil, seja no tocante às especificações adotadas, seja no que toca aos resultados encontrados. Em seguida, será feita uma comparação empírica para o período 1947-1978 de duas formulações teóricas alternativas: o modelo convencional da curva de Philips, e o modelo da realimentação. Será testada a hipótese de que também é possível existir um "trade-off" entre as variáveis a longo prazo, ainda que, naturalmente, menos elástico do que a curto prazo. Tal hipótese não tem sido investigada com a atenção que merece. Da mesma forma, outras questões serão estudadas: a) a existência e a estabilidade da chamada "taxa natural de desemprego"; b) as medidas de política econômica capazes de afetá-la e; c) a estabilidade do "trade-off" de curto prazo, ao longo do tempo, na economia brasileira.

Técnicos Responsáveis: Fernando de Holanda Barbosa e José Luiz Chautard

Término Previsto: Dezembro de 1979

1.2 - Políticas de Estabilização numa Economia com Preços Administrados

Um aspecto relevante da política antiinflacionária na economia brasileira refere-se ao fato de que uma parcela significativa de seu setor secundário encontra-se submetido a controle de preços por parte do Setor Público, ou administra seus próprios preços. Tais controles não são usualmente incluídos nos modelos de políticas de estabilização, o que de certa maneira reflete a negligência com que é tratada a propagação das pressões inflacionárias pela estrutura produtiva. Torna-se difícil, assim, medir o impacto desses contrastes sem um arcabouço mais preciso.

A pesquisa em questão pretende preencher essa lacuna, desenvolvendo um modelo de inflação para uma economia caracterizada por dois setores produtivos: um setor agrícola onde os preços são determinados pela oferta e demanda e um setor industrial onde os preços são administrados pelos empresários. O setor agrícola produz alimentos para consumo interno e um bem de exportação. O setor industrial utiliza insumos importados.

Pretende-se incorporar os elementos da teoria sobre inflação no curto prazo e demonstrar como a inflação pode originar-se seja por excesso de demanda em qualquer um dos dois setores, seja por uma luta de classes por maior participação no produto da economia.

Numa segunda etapa, introduzem-se controles de preços e indexação salarial e cambial. O impacto desses controles é examinado para se identificar sob que circunstâncias eles funcionam para reduzir a taxa de inflação e que conseqüências acarretam sobre a oferta de alimentos e balanço de pagamentos. Examinam-se ainda outras alternativas de política monetária e fiscal, confrontando-se o modelo desenvolvido com a experiência brasileira dos últimos 20 anos.

Técnico Responsável: Eliana A. Cardoso

Término Previsto: Novembro de 1979

2 - Orçamento do Setor Público

2.1 - Orçamento de Pleno Emprego e Política Fiscal

Na decomposição da contabilidade do setor público existe uma série de "estabilizadores automáticos", cujos efeitos devem ser considera-

dos no estabelecimento da política fiscal. Geralmente, as realizações diferem consideravelmente das previsões orçamentárias, e a discrepância é muitas vezes interpretada como um erro na formulação da política. No entanto, tais erros existem também porque a execução da política fiscal gera efeitos no nível de atividade e nos preços, que, por sua vez, afetam as receitas e despesas do governo.

Por este motivo, a literatura vem colocando ênfase no conceito de "orçamento de pleno emprego". A idéia é identificar, dadas a estrutura de impostos e os programas de dispêndio, a posição líquida do governo - usando os critérios de Contas Nacionais - que resultaria de um dado orçamento caso a economia estivesse operando em pleno emprego e com estabilidade na taxa de inflação. Ou seja, o saldo do "orçamento de pleno emprego" reflete o impacto efetivo dos estabilizadores fiscais a um nível elevado de atividade econômica, mas sem pressões inflacionárias adicionais. É uma forma de considerar os efeitos de política fiscal isolando as flutuações na atividade econômica e nas taxas de inflação.

Parte-se da análise do conceito de "pleno emprego" no Brasil. Dadas as conhecidas deficiências de informações estatísticas, será talvez necessário adotar uma "proxy", tal como o "produto potencial". Serão examinados os vários conceitos adotados em outros estudos empíricos no Brasil, para, em seguida, impor a restrição de que as estimativas do produto potencial sejam consistentes com a estabilidade da taxa de inflação.

Subseqüentemente, os diversos componentes da receita e despesa do Setor Público, obtidos na pesquisa "O Orçamento do Setor Público e a sua Consolidação", serão associados às suas variáveis explicativas. Simulando valores para essas variáveis, consistentes com o "produto potencial", obteremos a medida de saldo do "orçamento de pleno emprego", podendo-se, assim, medir o impacto dos aludidos estabilizadores fiscais.

Técnicos Responsáveis: Cláudio Roberto Contador, Maria da Conceição Silva e Lila Rosa de Oliveira

Término Previsto: Novembro de 1979

2.2 - O Orçamento Monetário e a Política Econômica no Pós-Guerra

As distintas fases que marcaram a evolução da economia brasileira após a II Guerra Mundial podem ser caracterizadas por suas diferentes opções de política econômica (em geral, industrialização substitutiva

de importações, expansão dos gastos públicos para construção de Brasília nos anos 50, aumento do crédito ao setor privado, etc.) e respectivas formas de financiamento (tributação, expansão da base monetária, etc.). A presente pesquisa tem por objetivo o estudo dessas políticas econômicas adotadas e respectivas formas de financiamento, com ênfase nas medidas de política fiscal, monetária e de crédito. O estudo será conduzido de duas formas principais: primeira, através da análise dos balanços consolidados do Governo Federal e das Autoridades Monetárias, descrevendo-se a evolução anual das principais contas no período de 1948 a 1978; segunda, confrontando-se o orçamento monetário com as realizações apresentadas nos balanços consolidados. O objetivo será determinar as causas das prováveis discrepâncias entre os valores programados e os realizados das principais contas. Esta última análise só poderá ser feita para os anos mais recentes, em virtude da dificuldade na obtenção de dados estatísticos para o período anterior a 1970.

Técnico Responsável: Milton Pereira de Assis

Término Previsto: Fevereiro de 1980

3 - Setor Externo

3.1 - Os Limites do Endividamento Externo e a Estratégia Brasileira de Desenvolvimento Econômico

Apesar da mudança brusca e desfavorável de preços relativos representada pela crise do petróleo e do quadro recessivo da economia mundial, a estratégia de política econômica dos últimos anos consistiu na manutenção de taxas razoáveis de crescimento econômico, tendo como conseqüência um substancial agravamento do volume da nossa dívida externa. Existe atualmente consenso, tanto na área oficial quanto na acadêmica, sobre a gravidade desta situação e a questão que se coloca naturalmente aqui é em que medida uma limitação eventual ao nosso endividamento externo poderá transformar-se em elemento inibidor do crescimento econômico brasileiro.

O ponto de partida desta pesquisa será então a construção de um modelo de projeção que permita estimar a evolução temporal do endividamento externo brasileiro para diferentes taxas de crescimento econômico e sob diferentes hipóteses quanto às políticas econômicas relativas ao setor externo, tais como substituição de importações, promoção de exportações, etc. O objetivo deste exercício é identificar o conjunto de estratégias viáveis de desenvolvimento econômico que possam ser adotadas no Brasil.

Para isto, porém, será necessário examinar também a questão do limite máximo a que será possível estender o endividamento externo brasileiro, o que envolve um estudo do sistema financeiro internacional, suas práticas operacionais atuais e sua provável evolução.

O efeito da inflação mundial sobre as relações de troca e, em última análise, sobre a dívida, também será analisado explicitamente. O comportamento da oferta de bens exportáveis será examinado com respeito a preços efetivos recebidos pelos exportadores, em resposta à política cambial e de incentivos e com respeito à atividade econômica interna. Nesta última, serão examinadas as hipóteses alternativas, (a) de que o aumento do produto eleva a demanda doméstica, e conseqüentemente reduz o excedente para exportações, e (b) de que a expansão do produto real eleva simultaneamente as exportações.

Técnicos Responsáveis: Francisco Lopes e Antonio Fernando Carraro

Término Previsto: Março de 1980

3.2 - Balanço de Pagamentos, Crescimento Econômico e Substituição de Importações

A história da economia brasileira no período 1974/1979 revela uma importante discussão acerca de política econômica e de estratégia de crescimento. Com efeito, trata-se de um período em que a manutenção do crescimento do PIB implicava um aumento do endividamento externo, dados, a) o perfil industrial e o grau de utilização da capacidade e, b) os efeitos da crise do petróleo. Colocam-se, assim, dois principais problemas de decisão: a) a determinação da disponibilidade total de recursos externos para o período, correspondente à oferta total de importações e, b) a alocação deste total entre os grandes componentes da pauta de importações, o que se liga à política de substituição de importações de insumos intermediários básicos, levada a efeito no período mencionado.

A pesquisa tem por objetivo o estudo desta estratégia de crescimento e de ajuste do balanço de pagamentos, e de seus resultados, no que toca ao desempenho global da economia e à redução do grau de dependência. Para isso, pretende-se construir um modelo macroeconômico de planejamento (com alguma desagregação setorial) de médio prazo que permita a análise da questão da dependência em relação às importações.

Serão discutidas duas alternativas básicas no que toca à oferta dos insumos: a) de "mercado", onde serão simulados, através de projeção para o período mais recente, os padrões de importações dos anos 1968/1974 e; b) a da política de substituição de importações de insumos básicos, efetivamente implantada a partir de 1974. Em ambas as alternativas, examinam-se a distribuição da oferta (doméstica e importada) e os seus efeitos sobre o balanço de pagamentos.

Técnico Responsável: Raul Wagner dos Reis Velloso

Término Previsto: Abril de 1980

3.3 - A Política de Promoção de Exportações

Dezenas de instrumentos, a maioria de caráter fiscal ou creditício, têm sido utilizados por diversos órgãos do governo com o intuito de promover as exportações. Tais instrumentos têm sofrido críticas, dirigidas tanto à inadaptação dos mesmos às normas estabelecidas pelo GATT como a seus efeitos sobre a alocação de recursos e, ainda, ao emaranhamento a que as normas legais e administrativas sujeitam os exportadores.

Por outro lado, certos instrumentos, como os associados à política de importação e aos tributos internos, tendem a restringir as exportações. Diversas medidas ditas de promoção de exportação têm, na verdade, a função de neutralizar tais efeitos. Há ainda os casos em que outros objetivos, por exemplo, o de estabilização, levam o governo a adotar medidas de restrição às exportações.

É provável que as principais deficiências da atual política de exportação tenham sua origem no fato de que a mesma foi montada sobre um sistema institucional não-neutro com respeito ao comércio exterior. Desta forma, medidas compensatórias confundiram-se com subsídios e penalizações às exportações e não foi possível regular a intensidade dos últimos de modo a obter os efeitos desejados. As exportações de alguns produtos competitivos são, não intencionalmente, penalizadas e as de outros, com remotas possibilidades de se tornarem competitivas em um prazo razoável, favorecidas com subsídios excessivos.

O principal objetivo desta pesquisa é discutir uma solução para estes conflitos. Para tanto, será necessário construir uma base neutra sobre a qual seja possível assentar uma política de exportações, intencional e controladamente não-neutra. A partir desta base, a pesquisa preten

de, consideradas a realidade institucional e a inter-relação entre o objetivo de aumentar as exportações e os demais objetivos do governo, sugerir modificações na atual política. Para isto, o trabalho deverá avaliar qualitativamente os aspectos econômicos da legislação relacionada com a política de exportações e sua parte empírica estará preocupada principalmente com a análise de dados do passado recente.

Finalmente, pretende-se avaliar os efeitos das modificações a serem sugeridas sobre algumas variáveis da economia, tais como o valor e a composição das exportações, o produto, a taxa de inflação e a receita e os encargos do governo. Tal avaliação pode indicar a necessidade de se adotarem medidas auxiliares que permitam uma transição suave para a nova situação. Alguns dados existentes, principalmente informações tributárias, sugerem que modificações na política de exportação, embora produzam impacto sobre o valor e a composição das mesmas e, por esta via, sobre a economia como um todo, teriam efeitos diretos modestos sobre a produção e o nível de preços.

Técnico Responsável: William G. Tyler

Término Previsto: Junho de 1980

4 - Política Econômica e Desenvolvimento Financeiro

4.1 - Desenvolvimento Financeiro e os Instrumentos de Política Monetária

A expansão do sistema financeiro e as inovações introduzidas nas instituições alteraram o comportamento e a característica dos ativos que formam as carteiras dos indivíduos, empresas e demais agentes. Torna-se crescente a semelhança e o papel desempenhado por certos tipos de ativos financeiros. Instituições não-bancárias gradualmente vêm assumindo funções outrora desempenhadas por bancos comerciais.

À medida que os novos ativos financeiros são, até certo ponto, substitutos dos ativos chamados monetários, como o papel moeda e os depósitos à vista nos bancos, a mensuração da liquidez da economia através dos indicadores monetários mais convencionais está sujeita a imperfeições sérias. Por outro lado, o próprio conceito de base monetária não inclui os títulos governamentais considerados como reserva pelos bancos comerciais. Estes aspectos têm efeitos não perfeitamente previstos na política da liquidez.

A pesquisa em epígrafe pretende examinar estes conceitos e propor alternativas. Inicialmente, serão revistos os resultados empíricos já disponíveis e, em seguida, pretende-se redefinir o conceito de liquidez, de modo a utilizar-se um mais adequado à política monetária. Discutem-se o papel e o impacto dos novos ativos financeiros nesta política e as dificuldades geradas pelo desenvolvimento recente do mercado financeiro. Examinam-se ainda dois temas: a) a viabilidade de se adotar uma estratégia de moeda ativa e, b) o efeito da reformulação da estrutura das Autoridades Monetárias, com as novas atribuições do Banco Central e do Banco do Brasil.

Técnicos Responsáveis: Cláudio Roberto Contador e José Cláudio Ferreira da Silva

Término Previsto: Dezembro de 1979

4.2 - Custo Efetivo da Intermediação Financeira

Uma das características mais marcantes do desenvolvimento financeiro recente no Brasil foi o crescimento e diversificação dos chamados intermediários financeiros não-bancários. Operando em sua maior parte na base de repasses das instituições financeiras oficiais, têm sido responsabilizados por boa parte do relativamente alto custo efetivo do dinheiro para o mutuário final e por introduzirem dificuldades adicionais para a implementação de qualquer política de estabilização monetária.

O objetivo deste estudo é o de, por um lado, determinar o custo efetivo do dinheiro nos empréstimos dos intermediários financeiros e, por outro, avaliar a possibilidade de reduzir esse custo como parte da estratégia de combate à inflação. No primeiro caso, sabe-se de antemão das dificuldades de mensuração já que, além das taxas e comissões contratuais, há diversas operações paralelas cujo custo incide indiretamente sobre o financiamento e das quais não há registros. Por isso, a determinação do custo efetivo terá que basear-se, pelo menos em parte, em informações qualitativas obtidas em entrevistas. Tentar-se-á determinar o custo efetivo dos financiamentos segundo os diferentes setores e/ou destinação econômica dos recursos. Quanto ao segundo objetivo, pretende-se estudar o mecanismo de repasses visando a separar o componente spread no custo total, bem como determinar o peso das operações paralelas. As hipóteses que se quer testar são: primeira, a de que sucessivas intermediações elevam demasiadamente o custo do financiamento e, segunda, a de que as operações paralelas (ou "operações casadas") impedem que os subsídios implícitos nas

taxas de juros de fundos e programas oficiais e de financiamento cheguem até o mutuário final, sendo na verdade apropriados pelo agente financeiro.

Técnicos Responsáveis: Wilson Suzigan e Clóvis de Faro

Término Previsto: Março de 1980

B - ÁREA SETORIAL

1 - Formação e Controle de Preços na Indústria

Já se mencionou anteriormente a importância dos mecanismos de controle de preços na economia brasileira e na condução da política anti-inflacionária. Pretende-se efetuar um conjunto de estudos sob este tema, com o objetivo de melhor conhecer o sistema de formação de preços no setor industrial, e avaliar o sistema de controle, em termos de sua efetividade no que toca ao combate à inflação e de seus efeitos sobre a rentabilidade e o crescimento do setor industrial. Com isso pretende-se obter uma avaliação da importância relativa do controle de preços na economia brasileira e de sua eficácia como instrumento de política. São dois os projetos de pesquisa nessa linha:

1.1 - Estrutura de Mercado, Formação de Preços e Desempenho na Indústria

Esta pesquisa tem por objetivo estudar o processo de formação de preços na indústria brasileira, levando-se em consideração a estrutura de mercado em cada indústria. Visa também a verificar que efeitos as estratégias de fixação de preços têm sobre o desempenho nas diferentes indústrias. São os seguintes os tópicos desenvolvidos:

(i) Breve sumário da industrialização brasileira no pós-guerra, realçando-se os ciclos de crescimento, o processo inflacionário, o processo de oligopolização e o papel do capital estrangeiro;

(ii) Resenha bibliográfica sobre a teoria de formação de preços e sobre alguns resultados empíricos para outros países;

(iii) Comportamento do empresário brasileiro nas decisões relativas à fixação de preços: entrevistas com empresários;

(iv) Um modelo de determinação de preços: resultados para a indústria brasileira a 2 dígitos (ISIC) no período 1969/1976;

(v) Formação de preços e desempenho industrial;

(vi) Formação de preços e inflação: algumas recomendações de política.

Técnico Responsável: Cláudio Monteiro Considera

Término Previsto: Dezembro de 1979

1.2 - O Controle de Preços no Brasil

A pesquisa em epígrafe tem dois objetivos principais: por um lado, avaliar a experiência brasileira com controles de preços; por outro, formular propostas visando a alterações nas rotinas vigentes.

A avaliação da experiência de controle de preços, que constitui o corpo central do trabalho, será dividida nas seguintes partes:

i) Revisão da Literatura sobre Controle de Preços

Uma primeira aproximação à literatura relevante mostra existir sensível divergência entre os economistas com relação ao controle de preços, especialmente no que se refere a possíveis distorções alocativas. Outro ponto de debate refere-se à duração dos efeitos do controle, argumentando-se desfavoravelmente - que os preços voltam a crescer com maior intensidade quando os controles são abolidos. Procurar-se-á fazer uma apresentação ordenada destes argumentos.

ii) Análise da Experiência Internacional

Datam do período imediato anterior à guerra as primeiras experiências contemporâneas de controles de preços e salários; destas experiências, a mais discutida é a dos Estados Unidos.

No pós-guerra generalizaram-se as aplicações de controle de preços nos países desenvolvidos, citando-se como exemplos: França, 1952-57;

Inglaterra, 1965-70 e novamente Estados Unidos, tanto no período 1962-68 quanto em 1971-74. Além dos objetivos estabilizadores, observa-se ser comum o uso dos controles em mercados não competitivos: controles aplicados com esta finalidade adicional - combater o excessivo poder de mercado - conseguem obter aprovação mais generalizada.

A análise da experiência internacional permitirá traçar paralelos com a brasileira e orientar algumas sugestões de política (ver item seguinte).

iii) Aspectos Institucionais do Controle de Preços no Brasil e o Papel do CIP

Nesta parte será feito um levantamento histórico da legislação pertinente, incluindo uma descrição pormenorizada da legislação atual e dos critérios e rotinas que o CIP adota. Propõe-se também aqui apresentar sugestões de mudança na atual sistemática.

iv) Efeitos do Controle de Preços exercidos pelo CIP sobre a Evolução da Inflação

Esta parte do trabalho procurará responder a perguntas como a seguinte: até que ponto o controle de preços tem sido eficaz em conter o ritmo da inflação no Brasil? Não se pretende, aqui, efetuar simulações de trajetórias hipotéticas de aumento dos preços na ausência de controles, mas apenas apresentar comparações simples entre a evolução de preços dos produtos controlados e dos não-controlados.

v) Controle de Preços, Rentabilidade e Estrutura Industrial

Esta parte procurará analisar as reações das empresas ao controle de preços do ponto de vista da evolução de sua rentabilidade. Basicamente, o CIP controla preços através da manutenção de um "mark-up" fixo sobre os custos variáveis. Argumenta-se que neste caso as empresas tenderiam a inflacionar seus custos variáveis, com a finalidade de elevar - ou evitar reduzir - a taxa de retorno sobre o capital; um controle de preços eficiente evitaria este procedimento. Outro ponto refere-se à produtividade: o objetivo aqui seria investigar se as empresas conseguiram aumentá-la como forma de manter a taxa de lucro, pois, admitindo-se que o controle de preços venha sendo conduzido de forma eficiente, aquela manutenção seria inviável de ser obtida pela elevação dos preços.

Técnicos Responsáveis: Milton da Mata, Marcos Zoninsein e Regis Bonelli

Término Previsto: Partes i, ii e iii - Outubro de 1979; parte iv - Dezembro de 1979; parte v - Junho de 1980.

2 - Abastecimento e Crédito na Agricultura

2.1 - Política de Abastecimento do Mercado Interno

A pesquisa em epígrafe tem por objetivo estudar a viabilidade e implicações de uma política de incentivos em favor dos produtos agrícolas de consumo preponderantemente interno. A justificativa principal ao propor um esquema especial de incentivos para estas culturas é a de que são crescentemente necessárias medidas específicas destinadas a deslocar a comprovada preferência de parcela ponderável dos agricultores por produtos primários de exportação.

O estudo parte de uma tipologia em que são distinguidos quatro tipos de agricultura no país: (a) agricultura de terras novas de fronteira; (b) agricultura comercial de terras velhas com tecnologia tradicional; (c) agricultura de subsistência; (d) agricultura de tecnologia moderna. A partir das características econômicas dessas agriculturas, o estudo procura mostrar como elas respondem aos aumentos de demanda e como reagem aos incentivos de preços, crédito, assistência técnica, etc., respostas essas que se fazem sentir tanto em aumento de área (e de produção) como em maior difusão da tecnologia moderna (aumento de produção com ou sem aumento de área).

Com base nesses elementos, o estudo procurará demonstrar economicamente que a melhoria do abastecimento do mercado interno (em termos de maior produção e menor custo), sem maiores prejuízos aos agricultores de baixa renda, somente pode ser alcançada com a adoção de dois sistemas de garantia de preços mínimos: o plurianual, abrangendo um espaço de tempo de 4/5 anos, a ser garantido aos agricultores em geral; e o preço "de contrato", a nível superior ao primeiro, a ser garantido aos pequenos agricultores das áreas mais desfavorecidas.

Para avaliar os riscos financeiros da implantação pelo Governo dessas duas garantias de preço, certas informações são necessárias. Entre outras coisas, é preciso: quantificar a produção de cada tipo de agricultura; investigar as tecnologias de produção, seus rendimentos, e a disponibilidade de recursos naturais, mão-de-obra e capital; dispor de informações detalhadas acerca de custos de produção e rendas líquidas resultantes do emprego de diferentes níveis tecnológicos. A partir destas informações, pode-se estimar a ordem de grandeza das respostas - em termos de produção e mudança tecnológica - dos diferentes tipos de agricultura e essas garantias de preços, assim como os riscos financeiros de suas implantações.

Essas informações empíricas podem ser obtidas a partir dos censos do IBGE e do INCRA e dos muitos levantamentos econômicos de amostras de estabelecimentos agrícolas que têm sido realizados nas diferentes áreas agrícolas do país.

Técnico Responsável: Ruy Miller Paiva

Término Previsto: Outubro de 1979

2.2 - Sistema de Crédito Rural e Produção Agrícola

O sistema de crédito rural no Brasil representa, como se sabe, um mecanismo de oferta de capital financeiro estreitamente regulamentado pelo Governo e, por isso mesmo, capaz de garantir a obtenção, pela agricultura, de financiamento de suas atividades a um preço (a taxa de juros) inferior àquele praticado no mercado financeiro competitivo. Duas questões interligadas de pesquisa mostram-se particularmente relevantes do ponto de vista da política econômica, ambas tendo como foco de atenção o significado de implicações do mecanismo de crédito em termos de alocação de recursos na agricultura.

Em primeiro lugar, propõe-se a investigar esse mecanismo na dimensão intersetorial (e assim macroeconômico) de alocação de recursos que lhe é inerente como um mecanismo que (mediante tabelamento dos juros bancários e estabelecimento de um mínimo de empréstimos a ser aplicado) visa a favorecer a elevação da taxa de rentabilidade das inversões agrícolas - e, assim, o nível de investimento e nível de produção - relativamente aquela que vigoraria sem a regulamentação oficial.

Em segundo lugar, cabe investigar, também, o crédito rural como um instrumento que afeta decisivamente as condições relativas de alocação de recursos dentro da agricultura, ou seja, segundo as "formas de produção" vigentes; trata-se de fenômeno que se manifesta na distribuição altamente desigual do crédito segundo regiões, grupos de produtores, e atividades produtivas. É evidente que a análise dessa dimensão intra-setorial da alocação de recursos na agricultura é igualmente fundamental para a análise de eficácia do crédito rural como instrumento de política econômica.

Técnico Responsável: Gervásio C. Rezende

Término Previsto: Janeiro de 1980

2.3 - Recursos para a Agricultura: Subsídios Governamentais e o Crédito Agrícola

O crédito agrícola é, tradicionalmente, o mais importante instrumento da política governamental na agricultura. Seus objetivos, de acordo com a Lei 4.829 de 1965, são: a) financiar o custeio da produção e comercialização; b) estimular a formação de capital; c) acelerar a adoção de tecnologia moderna e; d) possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores, especialmente dos pequenos e médios. A maior parte do crédito agrícola no Brasil provém de fundos administrados pelo Banco Central e Banco do Brasil, que estão subordinados a diretrizes do Conselho Monetário Nacional.

Um aspecto importante do crédito rural é o controle das taxas de juros pelas autoridades monetárias, cujos valores nominais na última década têm sido inferiores às da inflação. Outro aspecto refere-se à tendência das autoridades monetárias, através de incentivos e controle indireto, de induzir os bancos e os fundos governamentais a destinar maiores recursos à agricultura.

Em decorrência da necessidade cada vez maior de transferir recursos para a agricultura, vis-à-vis os objetivos da política agrícola, verifica-se a necessidade de se analisar o impacto dos subsídios creditícios sobre a expansão da base monetária. A necessidade desta análise ganha maior relevância a partir de estudos recentes que sugerem que efetivamente o controle da base monetária só será aprimorado com mais impostos, crédito mais caro e menos abundante, menos subsídios e menos incentivos.

A hipótese desta pesquisa é de que há uma relação direta entre o crescimento dos subsídios creditícios na agricultura e a expansão da base monetária. Deste modo, o objetivo geral da pesquisa será o de avaliar e quantificar o impacto do crédito agrícola sobre a expansão da base monetária.

Quanto às fontes de informações empíricas, serão utilizados dados dos Censos Agropecuários, completados por informações a serem obtidas junto ao Banco Central e ao Banco do Brasil.

Técnico Responsável: Léo da Rocha Ferreira

Término Previsto: Dezembro de 1979

3 - Grande Empresa Industrial e Desenvolvimento Econômico

3.1 - Padrões de Crescimento das Grandes Empresas do Setor Industrial Brasileiro no período 1970-1976

Esta pesquisa terá como objetivo identificar e analisar padrões de crescimento para o conjunto das grandes indústrias no Brasil, dedicando-se ao período 1970-1976. Uma análise como a que se propõe possui, independentemente de possibilidades de generalização, interesse especial dado o papel estratégico destas empresas na economia brasileira. Considerando-se que mesmo em economias mais avançadas do que a brasileira a importância crescente da grande empresa constitui fonte de preocupação - na medida em que a concentração industrial tende a reduzir a esfera de atuação e a própria função do mercado como mecanismo alocador de recursos - o interesse que o tema desperta quanto a países menos desenvolvidos é evidente.

Além de partes iniciais, onde serão feitas a apresentação comentada de algumas teorias de crescimento da empresa e a discussão da amostra de empresas utilizada, o trabalho será organizado em 3 partes adicionais, como segue:

(i) Padrões de liderança quanto ao crescimento das vendas; a análise neste ponto procuraria contrapor os períodos 1970-1974 e 1974-1976 no que se refere a relações sistemáticas entre crescimento e tamanho, propriedade do capital, e setor de atuação enquanto variáveis de controle.

(ii) Padrões de rentabilidade, endividamento e liquidez; o objetivo aqui seria o de traçar o perfil das empresas com relação às variáveis em epígrafe, utilizando-se as mesmas variáveis de controle do item anterior.

(iii) Fatores explicativos dos Diferenciais de Crescimento entre Empresas; nesta parte procura-se isolar certos elementos explicativos, subdivididos em duas grandes categorias. Primeira, fatores que condicionam o crescimento da empresa sob a ótica de financiamento à expansão de sua capacidade produtiva (rentabilidade, endividamento e liquidez). Segundo, fatores e parâmetros estruturais (relação capital-produto, capital-trabalho, produtividade e grau de imobilização da empresa).

As informações estatísticas básicas para o trabalho são as da revista VISÃO em sua edição anual de "Quem é Quem na Economia Brasileira", complementadas por dados do IBGE e índices de preços e produção real.

Técnicos Responsáveis: Maria Helena T. Horta e Alfredo Behrens

Término Previsto: Janeiro de 1980

C - ÁREA SOCIAL

1 - Desconcentração Industrial

Não é recente a preocupação com desconcentração industrial na política econômica brasileira. Diversas medidas têm sido propostas, ora visando precipuamente ao descongestionamento e tentando evitar as deseconomias externas, ora referindo-se aos problemas de eqüidade, visto que as áreas menos industrializadas são também as de mais baixa renda per capita. A desconcentração, contudo, caminha lentamente, e não parece estar incorporada às diretrizes gerais de política industrial. Propõem-se duas linhas de pesquisa; uma relativa à investigação dos aspectos locacionais da política industrial federal e outra relativa a uma bem sucedida experiência de desconcentração: a experiência mineira.

Propõem-se duas linhas de investigação dentro do tema:

1.1 - Aspectos Locacionais da Política Industrial

Pretende-se verificar basicamente a existência de diretrizes de política locacional, explicitadas ou não, na atuação dos órgãos governamentais que são responsáveis pela formulação e execução da política industrial.

Elegeram-se o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), e analisar-se-ão os aspectos locacionais contidos não somente na análise dos projetos de implantação aprovados pelos dois órgãos, mas também no estabelecimento de normas, Resoluções, Portarias e demais atos reguladores das diretrizes destas Instituições. Pretende-se ainda elaborar uma tipologia dos projetos aprovados, no que toca às principais características dos empreendimentos, e suas possíveis implicações locacionais.

Procura-se com isso responder a algumas indagações relativas ao tema central da desconcentração industrial: as normas gerais explicita-

das no II PND, em favor da aludida desconcentração, foram seguidas de medidas efetivas por parte dos principais órgãos formuladores e executores de política industrial? As eventuais decisões locacionais que significam uma desconcentração de fato (v.g., pólos industriais) obedeceram a alguma linha geral ou cada caso foi tratado individualmente? Trata-se, em suma, da investigação da existência e eficácia de uma política de desconcentração industrial.

Técnico Responsável: Celsius Antonio Lodder

Término Previsto: Abril de 1980

1.2 - Evolução da Oferta Industrial em Minas Gerais e o Papel do INDI

É fato conhecido a aceleração recente da industrialização no Estado de Minas Gerais, notadamente no que toca à implantação de grandes empreendimentos. Por outro lado, não se ignora a existência de vários órgãos de fomento no Estado, notadamente o INDI e o BDMG, aquele nas tarefas de identificação de oportunidades de investimento, preparação de projetos, atração de investidores, etc.

A pesquisa tem por objeto a avaliação destas transformações do setor industrial de Minas Gerais na última década e do papel exercido pelo INDI neste setor.

Procura-se responder a duas perguntas que têm caráter interdependente: a) o INDI efetivamente foi um agente ativo das importantes transformações ocorridas, ou atuou passivamente, sancionando tendências que já se mostravam firmes na evolução da economia mineira? b) em qualquer dos casos, embora especialmente no primeiro, trata-se de uma experiência que pode ser repetida por outras unidades da federação ou exige que estas tenham um tamanho mínimo, e/ou uma estrutura já dotada de certa complexidade?

Para tal, contar-se-á basicamente com três tipos de informações: a) informações censitárias, que revelarão a magnitude das transformações ocorridas nos últimos quinze anos; b) informação de projetos estimulados e/ou aprovados: características modais, nível de integração do parque industrial, etc,; c) entrevistas e estudos relativos aos aspectos institucionais e aos mecanismos de atuação que têm sido utilizados. Com isso,

verificar-se-ão as possibilidades de implementação de políticas de descon centração e as potencialidades dos instrumentos disponíveis.

Técnico Responsável: Thompson A. Andrade

Término Previsto: Fevereiro de 1980

2 - Mercado de Trabalho e Salários

2.1 - Absorção de Mão-de-Obra: Subcontratação Industrial

Dar-se-á andamento a dois trabalhos - sob forma de artigos - que abordam o fenômeno da subcontratação sob dois aspectos distintos. No primeiro caso, a subcontratação é estudada como um dos canais de inter-relação entre os chamados setores formal e informal, em que este participa dos processos produtivos daquele. Trata-se de uma ligação importante, em especial para o setor informal, que se compõe, como se sabe, predominantemente de mão-de-obra não-qualificada. A opção pela subcontratação representa, assim, uma possibilidade de absorção adicional deste segmento da força de trabalho. Estudar-se-ão as condições em que se processa a subcontratação, seus efeitos sobre as pequenas empresas, e resenhar-se-ão os resultados de diversas pesquisas nacionais e internacionais. No que toca às informações estatísticas, utilizar-se-ão dados do Censo Industrial de 1970.

No segundo caso, com objetivos semelhantes, estudar-se-á o fenômeno da ótica da empresa contratante: o processo decisório no tocante à verticalização ou à subcontratação, quais as variáveis significativas, e quais as eventuais diferenças entre uma e outra decisão no que diz respeito à absorção de mão-de-obra. Procura-se verificar, em suma, os indícios de que a subcontratação acarreta uma ampliação do nível de emprego, quando comparado com a verticalização. Utilizar-se-ão aqui dados do Censo Industrial de 1975.

Técnico Responsável: Anna Luiza Ozório de Almeida

Término Previsto: Agosto de 1979

2.2 - Mobilidade Ocupacional e Segmentação do Mercado de Trabalho

A experiência da industrialização dos países latino-americanos apresenta diversas peculiaridades, vis-à-vis o processo de crescimento das

economias desenvolvidas. No que toca ao mercado de trabalho, verificam-se importantes alterações nos padrões de utilização da mão-de-obra, acompanhadas dos fenômenos característicos desta industrialização; concentração de renda, internacionalização dos padrões de consumo, e aprofundamento da heterogeneidade da estrutura produtiva.

A pesquisa pretende analisar especificamente a questão da mobilidade ocupacional, através de perfis de idade-renda e da trajetória dos rendimentos em cada ocupação. Pretende-se investigar os fatores que atuaram no processo de mobilidade, contrastando sua influência em diferentes épocas.

Os dados utilizados provêm de uma amostra de 1600 histórias de vida, com informações ocupacionais, educacionais e migratórias reunindo mais de 30 variáveis para cada unidade da amostra, além de informações adicionais sobre a origem sócio-econômica das famílias.

Técnico Responsável: Paulo Vieira da Cunha

Término Previsto: Dezembro de 1979

2.3 - Programas PIS/PASEP: Origens, Funções e Principais Questões

Os programas PIS/PASEP revestem-se de óbvia importância na economia brasileira, em particular no que toca ao trabalhador do setor formal urbano, que neles têm uma remuneração adicional. Num momento em que a política antiinflacionária parece conflitar com as crescentes reivindicações salariais, os Programas referidos constituem-se numa possível alternativa de elevação dos rendimentos do trabalho sem uma relação direta com os custos de produção. Por outro lado, o PIS também pode ser interpretado como uma regulamentação - algo heterodoxa - do preceito constitucional de participação dos empregados nos lucros das empresas, o que suscita uma série de questões.

A pesquisa em epígrafe pretende estudar os Programas como resultado de diversas tentativas de regulamentação do preceito e, assim investigar suas principais características em relação a esta função de proporcionar o rendimento adicional a que se aludiu. Inicialmente, pretende-se estudar as origens destes Fundos, desde as primeiras reivindicações parlamentares até a inserção do objetivo de participação de lucros na Constituição Federal. Após uma análise da criação do PIS/PASEP, das suas características e modificações subseqüentes, discutem-se algumas questões de prin

cípios, que determinam o nível de rentabilidade dos Fundos e, conseqüentemente, da remuneração dos beneficiários: a) as modalidades de recolhimento das contribuições; b) as alternativas de aplicação dos recursos disponíveis, objeto de contínuo debate entre técnicos; e c) as modalidades de distribuição dos rendimentos entre os segurados, ponto que também tem motivado controvérsias. Como produto final, pretende-se obter um leque de alternativas, utilizáveis segundo os objetivos pretendidos.

Técnico Responsável: Wanderly J. M. de Almeida

Término Previsto: Janeiro de 1980

3 - Educação

3.1 - Crédito Educativo

O Programa de Crédito Educativo, embora de instituição recente, já oferece alguns resultados que merecem uma análise mais minuciosa. Destinado a facilitar a permanência do estudante universitário carente em instituições particulares, há indícios de certas distorções, que de certa forma manifestam-se nos elevados índices de inadimplência.

Pretende-se examinar basicamente dois aspectos: a) as características da clientela beneficiada, no sentido de atingimento dos objetivos usuais de eqüidade e redistribuição e; b) as modalidades de pagamento, no sentido de se verificar a capacidade de autofinanciamento do Programa e suas perspectivas de longo prazo. Serão também estudadas outras características da clientela, de modo a complementar-se uma avaliação do Programa. No caso da segunda alternativa, está-se elaborando um modelo cujo objetivo é confrontar receitas e despesas do Programa.

Técnico Responsável: Alberto de Mello e Souza

Término Previsto: Julho de 1979

3.2 - Resenha da Literatura Brasileira sobre Ensino Superior

O ensino superior no Brasil passou por grandes modificações na última década, incorporando uma grande massa de estudantes, privatizando-se grandemente e exibindo algumas distorções facilmente observáveis. Como estudo preparatório a uma pesquisa neste campo e como uma maneira de aquilatar sua viabilidade, pretende-se resenhar a literatura e detectar possí

veis lacunas no estado atual de conhecimento, em três aspectos do ensino superior: a) adequação ao mercado de trabalho e mecanismos de ajustamento; b) níveis de acesso à universidade e; c) custos do ensino, modalidades de financiamento governamental.

Técnico Responsável: Alberto de Mello e Souza

Término Previsto: Agosto de 1979

4 - Mercado Imobiliário Urbano no Brasil

Objetivos: estudar o mercado imobiliário urbano nos seus aspectos de gerador de transferências, de concorrente dos demais usos do capital e de organizador espacial da cidade.

As cada vez mais freqüentes referências a uma "crise urbana", as crescentes preocupações com o desempenho recente do BNH, a valorização "excessiva" do imóvel urbano nos grandes centros justificam uma tentativa de se estudar mais profundamente a mecânica deste processo. Por outro lado, as tentativas de legislar acerca de temas correlatos estão a exigir um esforço no sentido de se obter uma visão global: a) legislação do uso do solo; b) tributos sobre ganhos de capital derivados de transações imobiliárias; c) regulamentação do instituto do inquilinato.

Todos estes aspectos traduzem-se em possibilidades de se alterar o nível de competitividade do mercado imobiliário com os demais usos do capital. O melhor entendimento das inter-relações destes mercados e da formação do "valor" do imóvel permitirá que se conheçam os efeitos das diretrizes propostas e ainda que se sugiram alternativas dotadas de efetividade. Como resultado concreto, pensar-se-ia em mecanismos que detivessem a aludida valorização, altamente inflacionária e provavelmente desviadora de fundos para aplicações em capital produtivo.

Investigar-se-ão, assim, os seguintes aspectos: a) relação entre amortizações de financiamento imobiliário, aluguéis e juros sobre aplicações alternativas; b) relações entre aplicações na construção civil e os ciclos de negócios na economia; c) efeitos da legislação sobre as aplicações no mercado imobiliário e sobre os padrões locacionais vigentes e; d) decomposição do "preço" final do imóvel, a fim de detectar as sucessivas etapas de "valorização", e os eventuais vazamentos.

Como se trata de pesquisa pioneira, boa parte dos temas tem ainda caráter exploratório, devendo constituir-se o produto final em um con-

junto de monografias. Os dados provirão de diversas fontes: SERPRO, IBGE, CEPEDERJ, publicações do NEURB/BNH.

Técnicos Responsáveis: Aloisio Barbosa de Araujo, Martin O. Smolka e Leila Camara Maia

Término Previsto: Fevereiro de 1980